

Galiza, a Norte do Norte

José Alberto Rio Fernandes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT

RESUMO: Vista de Portugal, a Galiza é, antes de mais, parte de Espanha. Mas, desde o Norte de Portugal, ponto de referência do autor, ela é essencialmente uma continuidade, algo que é mais claro para quem vive junto daquilo que durante décadas junto de uma fronteira que sempre foi porosa. De acordo com uma perspetiva multiescalar, procuram-se identificar algumas diferenças e semelhanças, com relação à história, geografia e cultura, designadamente, dando-se conta de elementos da geografia política e projetos de cooperação, assim como de heterogeneidades internas de cada região: Galiza e Norte de Portugal.

Galicia, al Norte del Norte.

RESUMEN: Vista desde Portugal, Galicia es, ante todo, parte de España. Pero, vista desde el norte de Portugal, punto de referencia del autor, Galicia se trata esencialmente de una continuidad regional. Esto es especialmente claro si se vive cerca de una frontera históricamente porosa. Desde una perspectiva multiescalar, intentamos identificar algunas diferencias y similitudes entre Galicia y el norte de Portugal, y también heterogeneidades internas, considerando aspectos históricos, geográficos y culturales, así como desarrollos recientes de la geografía política y la cooperación.

Galicia, to the North of the North.

ABSTRACT: Galice is part of Spain if you see it from Portugal. But seen from the North of the country, where this text is written, Galice is essentially a regional continuity. That is especially clear if you live near a historically porous border. On a multiscalar perspective, we try to identify some differences and similarities between Galice and the North of Portugal, and also internal heterogeneities, considering historical, geographical and cultural aspects as well as recent developments of the political geography and cooperation.

1. Portugal, Espanha e Galiza

Vista de Portugal, a Galiza é, antes de mais, parte de Espanha. Assim a percebem (quase) todos. Isto resulta do facto de Portugal é ser um país unitário, desde (quase) sempre, já que o caso do Algarve foi resolvido em 1267. E é em (quase) todos os lados, uma vez que os arquipélagos de Açores e Madeira, onde há autonomia, são situação geograficamente distante. Por isso, muitos portugueses, olhando para Espanha desde a realidade do seu país – afinal, sempre vemos o outro a partir de nós! – não distinguem facilmente a diferença entre estado, país e

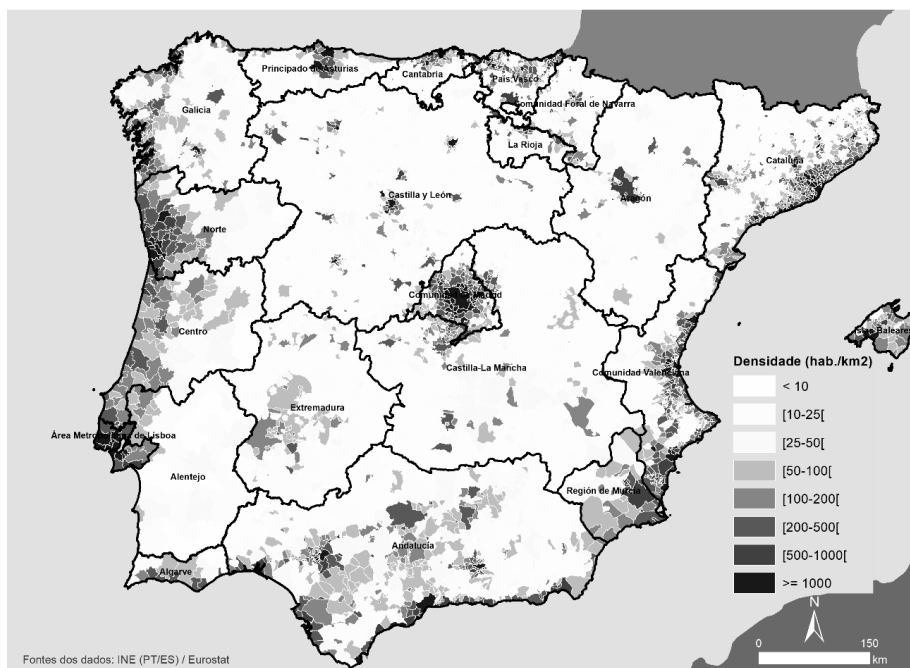
nação e ficam perplexos por existirem ao lado línguas diferentes e autonomias mais ou menos fortes, bem como pulsões independentistas, quando entre eles se cultivou – e ainda cultiva? – o nacionalismo (Breuilly, 1994; Matoso, 1995).

Neste propósito, não ajuda o facto de se ver o Governo da República Portuguesa a estabelecer contactos apenas com o Governo do Reino de Espanha, ou o Presidente da República Portuguesa a visitar Espanha apenas para encontros com o Rei. Em consequência, a compreensão da Galiza, como das comunidades autónomas em geral, é muito baixa, face a uma relação diplomática quase nula, o que faz com que a generalidade dos portugueses possa ter dificuldade em expressar-se quanto aos seus poderes e desconhecer o seu presidente ou o de outras comunidades.

Esta perspetiva, realizada desde um estado unitário, além disso fortemente centralista, sem dimensão subnacional, mas com tradição municipal (Fernandes, 2006), prejudica naturalmente o olhar sobre o outro lado da fronteira, o que é até reforçado, desde logo, pelo simples facto de o termo fronteira ser ainda usado para nomear a delimitação.

Por outro lado, a baixa densidade na parte leste de Portugal e em grande parte do Norte, com correspondência em Espanha, a que se soma a elevada distância entre cidades de alguma dimensão de ambos os lados (salvo entre Elvas e Badajoz), é uma boa razão para se compreender que as relações sejam de intensidade relativamente baixa (figura 1), apesar das muitas pequenas iniciativas de cooperação.

Figura 1. Densidade populacional em 2021. Elaboração de Pedro Chamusca.



Fonte: INE (Portugal e Espanha)

A este quadro político e geográfico, soma-se un quadro histórico e mental que “paira” nos portugueses, tendo por base episódios reais e narrativas de construción forçada de oposición face ao inimigo histórico. São exemplo a expresión que, de Espanha, “não vem, nem bom vento, nem bom casamento”, ou a ideia que Espanha por várias vezes procurou exercer o controlo de Portugal, o que serve até como explicação para a abertura para o mar no processo dito das “descobertas” dos séculos XIV a XIV (Stephens, 2017). Além disso, os historiadores são praticamente unânimes a propósito das desvantagens que resultaram para o país a fusão com Espanha ocorrida no reinado de Filipe II (Filipe I de Portugal), sobretudo nas últimas décadas do período 1580-1640, com Filipe III de Portugal (e IV de Espanha).

Este olhar, marcado pela desconfiança – nada estranho pelo mundo fora face ao país vizinho, com o qual há conflitos e se travam guerras, podem traduzir-se hoje – apesar das indiscutíveis boas relações – em aspetos ligados à independência económica. Aliás, como se viu, aquando da necessidade de privatização de algumas empresas portuguesas como efeito da crise do subprime e das dívidas soberanas, quando muitos entre nós expressaram a preferência pela compra de empresas estratégicas da área da energia por capitais de outros países, incluindo Chinas, relativamente a Espanha.

Neste quadro geral, a Galiza é um caso especial. De facto. Sobretudo para quem a conhece e tem mais contacto com os galegos. Essa diferença marca-se desde logo por razões de ordem natural, como a humidade, o granito e o verde dos campos. É parte de Espanha, mas nem sequer parece Espanha, tão diferente que é da imagem que construímos da “espanholidade”: tem menos claridade e calor, mais animação no relevo e na paisagem, o branco nas povoações está substituído pelo granito e há menos ruído de vozes nas ruas e paixão pelos touros. Além disso, no contacto, a individualidade da sua cultura em relação ao centro de Espanha afirma-se logo na semelhança da língua com Portugal, o que leva o português – sempre tão solícito a expressar-se na língua do outro – a hesitar, porque o galego não parece espanhol, mas também não é português. Na dúvida, ensaia-se o “portunhol”, quando não o inglês, que os portugueses tomam por língua franca.

Para quem conhece a sua evolução – e em especial para o Norte de Portugal – a Galiza é exemplo que vem sempre à mente dos defensores da regionalização, tal o desenvolvimento social e económico que viveu após constituir-se como comunidade autónoma. Além disso, desde Portugal, a Galiza é a Zara, ou melhor, a região onde nasceu e a partir da qual se difundiu a Inditex, uma das maiores empresas do mundo, detentora de grandes marcas, e cujo primeiro estabelecimento fora de Espanha abriu na Rua de Santa Catarina, na cidade do Porto, em 1988.

2. Galiza, Espanha e Norte de Portugal

A Norte do Norte de Portugal, a Galiza é uma evidente continuidade geográfica, disse. Mas, apesar da proximidade e semelhança, há significativas diferenças com o Norte de Portugal, como a de, estranhamente, ainda que a longitude seja igual, o fuso horário não ser o mesmo. Ou nos comportamentos de comida e bebida, por exemplo, pois que embora persistindo o caldo (velha expressão da nossa sopa), o cozido (no qual introduzimos alguns elementos mais e chamamos de “à portuguesa”) e o (mesmo) alvarinho, lá, mas não cá, faz-se sentir o gosto por

“provar vinhos” antes da refeição e constata-se uma forma mais intensa e descontraída de usar o espaço público. Além disso, observando-se com cuidado, pode identificar-se singularidades na arquitetura, como nas marcas presentes nos estabelecimentos comerciais e haverá quem goste de fazer a sesta.

Historicamente, o movimento de expansão fez-se de Norte para Sul (Lois-González, 2016). Todavia, pode falar-se de um “puxar” desde o centro – a capital dos países – por várias formas, na construção de uma certa “homogeneidade nacional”. Por exemplo, em Portugal, a invocação da “lusitanidade”, associada a povo anterior ao domínio romano que terá resistido nas serranias da Cordilheira Central, esconde o facto de não haver evidência dos lusitanos se terem estendido a Norte do Douro. De resto, os romanos, que deram o nome de Lusitânia a uma das províncias, consideram-na onde é hoje Alentejo e Algarve e incluíram terras incluídas na Comunidade Autónoma da Estremadura, colocando a capital em Emérita Augusta (Mérida), mas não preencheram o território continental português atual nessa província, deixando de fora o que ficava a Norte do Rio Douro. Não deixa por isso de ser curioso que no Norte de Portugal nos deixemos chamar de lusitanos, quando os nossos antepassados estavam incluídos na província da Galécia, onde antes o povoamento assentava em pequenos castros. Apenas (mais) um de muitos equívocos – ou assumidas falsidades – que serviu (e serve) para cimentar a portugalidade, expressa como lusa, lusiada, lusófona, etc.

Mas, há mais, como a diminuição da importância da continuidade entre o que está a Norte do Douro e a Norte do Minho, como a ideia de um “falar correto” do português, a partir do modo como é falado em Coimbra, ou até, como é difundido pelas televisões desde Lisboa, com total desvalorização da raiz galaico-duriense, ou o alargamento do fado e da tourada “à portuguesa” de Sul para Norte. Como apontou Matoso (1995, p. 6) “... poder-se-ia dizer que a aparente uniformidade cultural portuguesa esconde a dominação do Sul pelo Norte, depois de o Estado português se ter apropriado da cultura do Norte”.

Todavia, este processo nunca foi capaz de quebrar laços de amizade e proximidade entre o Norte de Portugal e a Galiza, cimentados em vários momentos históricos e reforçados por movimentos populacionais e de troca de produtos. Há vários trabalhos que comprovam a importância das migrações, designadamente no século XVIII e XIX (com destaque para Alves, 2002), e inúmeras referências aos aguadeiros e padeiros galegos no Porto, ou aos construtores dos muros em xisto no Douro vinhateiro que estarão na base da referência popular ao “trabalhar como um galego”. Todavia, a expressão dos imigrados da Galiza nunca teve o devido reconhecimento. E, entretanto, a Galiza prosperou, fazendo com que o balanço, se medido em PIB/capita lhe seja claramente favorável.

Atualmente, se a mobilidade da população se mantém, com características marcadamente distintas, o que mais se nota é a falta de correspondência entre a continuidade geográfica e uma dificuldade de aprofundamento político, no quadro da chamada Euro-região Galiza Norte de Portugal. A principal explicação recairá na assimetria de poder, entre a Xunta da Galiza, com legitimidade e grande autonomia, por contraponto a um poder regional do Norte, representado por um interlocutor desconhecido da população e com muita reduzida amplitude de decisão política.

Neste contexto, multiplicam-se os discursos e declarações de boa vontade. Como também se foram multiplicando os organismos para a cooperação e promoção de iniciativas de

desenvolvimento integrado, caso dos agrupamentos europeos de cooperación territorial (AECT) – com destaque para a AECT Galiza-Norte de Portugal –, da Fundação CEER, uma estrutura de cooperação entre universidades, e do Eixo Atlântico, rede de cidades de ambos os territórios. Mas, de uma forma geral, sendo certo que a cooperação é importante, parece não ser menos importante o encontro oportunista orientado para as vantagens que decorrem de uma captura extra de fundos europeos. É o caso da AECT Galiza-Norte de Portugal, criada em 2008, com um carácter institucional e uma ligação direta à Xunta e à CCDRN que, como as outras AECT que foram sendo criadas (entre municípios) e tal como o CEER e o Eixo Atlântico, é instrumental na captação de fundos, permitindo-lhe levar a cabo atividades e investimentos com uma facilidade que Xunta e CCDR não teriam por si só. No caso do CEER, que reúne as seis universidades públicas, sempre com o secretariado em Santiago de Compostela, de cuja universidade vem o diretor, é uma fundação de direito espanhol e constitui uma plataforma de colaboração com várias realizações, como cursos de mestrado e de doutoramento conjuntos, tendo dela saído a ideia de lançamento do Iacobus, versão em forma euro-regional de Erasmus, acessível a estudantes, docentes, funcionários e investigadores. O Eixo Atlântico, que começou pela vontade dos municípios de Porto e Vigo, teve grande expressão política. Todavia, foi perdendo protagonismo e conforto político na Xunta e na CCDRN, assim como junto de autarcas de municípios com maior expressão, sobretudo depois do alargamento a dezenas de outros, alguns de pequena dimensão. Mantem a sede em Vigo e o mesmo secretário-geral, galego, desde a fundação.

3. Galiza e Norte de Portugal

A cooperação, que é também aprendizagem, e a ação, que levam à transformação da sociedade e do território, avançam. E têm várias escalas. São particularmente visíveis a nível local ou sub-regional, nas articulações entre os municípios de um e outro lado do Rio Minho e entre Chaves e Verín e Bragança e Zamora, assim como no comércio e restauração de Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção e Melgaço, muito dependente dos vizinhos a Norte, assim como nas suas áreas empresariais. De facto, onde, desde o Norte de Portugal, é o Alto Minho, e para a Galiza, o Baixo Minho, a densidade populacional e a existência de núcleos urbanos de algum significado em ambas as margens, favorece o contacto. As ligações são de todo o tipo, para trabalho, compras e serviços, estendendo-se também às empresas. É especialmente evidente relativamente às empresas que se estabelecem no Sul da Galiza, que aproveitam, entre outras vantagens, uma mão-de-obra considerada mais dócil, porque menos propensa a greves e outras ações reivindicativas (de acordo com informações da Associação Empresarial de Viana do Castelo)

A cooperação tem expressão também à escala da província de Pontevedra e da CIM Alto Minho, em projetos vários, alargando-se espacialmente e para fora das instituições quando se pensa no recurso ao porto de Vigo, na influência da PSA Citroen sobre o tecido industrial do Noroeste de Portugal, ou na acessibilidade ao aeroporto Francisco Sá Carneiro e, ainda, na captação de visitantes e turistas por parte de alguns lugares, especialmente as praias das Rias Baixas e as cidades de Vigo, Pontevedra e Santiago de Compostela (desde o Norte de Portugal), ou Valença, Viana, Braga, Guimarães e Porto (desde a Galiza). Na dimensão turística, de resto,

há não apenas “alinhamento estratégico” entre Norte de Portugal e Galiza (celebrado em Vila Nova Gaia em 2022), como uma grande importância recíproca, traduzida no facto de cerca de metade dos turistas da Galiza serem portugueses e da presença de galegos no Norte de Portugal aumentar continuamente e ter grande significado fora do período de verão.

Mas, a Galiza é diversa. É evidente a dualidade entre “litoral” e “interior”, tal como no Norte de Portugal, entre Minho e Trás-os-Montes. Olhadas entre Norte e Sul, há dessemelhanças também, desde logo pela presença das rias, altas e baixas, que não têm paralelo a Sul, como a animação das montanhas de Trás-os-Montes não está sempre presente no interior galego. Mas, nos dois casos, os contrastes mais fortes serão marcados pela distância ao mar, sobretudo marcado pela densidade da população e das empresas.

Na sua heterogeneidade, a Galiza é, também, para os mais velhos, a memória da ida ao El Corte Inglés, a Vigo, ou a simples travessia sobre o Minho, para ir a Tui. Para muitos mais, hoje, a parte final do caminho de Santiago, ou, de qualquer forma, destino de visita à cidade “Património da Humanidade”. Pontevedra é agradável e bela, famosa como exemplo de cidade para andar a pé, com a Corunha, lá mais longe. Há ainda as praias, entre as quais Sanxenxo é a mais conhecida a Sul, que hoje não atraíram tantos como os que atravessam o Rio Minho em sentido contrário, com destino ao Algarve.

A Galiza do litoral é também pesca e marisco, numa paisagem cada vez mais urbanizada e com uma economia onde a indústria e sobretudo os serviços acrescentam muito mais valor económico do que a correspondente área ocupada. A conurbação avança, no que parece constituir a construção de uma proto-região metropolitana que pode coalescer com o espaço habitado por 3,3 milhões de habitantes entre Viana do Castelo e Aveiro.

Entretanto, para a larga maioria do Norte de Portugal, designadamente os que habitam a cidade alargada do Porto (com 1 milhão de habitantes num círculo com 10km de raio), o interior da Galiza é um desconhecido. É certo que quem mora em Chaves conhece Verín e alguns Ourense; quem é de Bragança terá ido a Puebla de Sanabria. Mas, arrisco a afirmar que, no Porto e talvez em Braga, muitos mais já foram a Londres ou Paris, porventura a Barcelona ou Madrid, que a Lugo ou Ourense. Na comparação com o que se passa mais a Norte, pode dizer-se que “...Portugal fica muito mais perto da Galiza que a Galiza de Portugal” (Lois-González, 2016, p. 29).

Próxima, mas também afastada; espanhola, mas diferente; conhecida, mas, em boa parte, nunca vista. Assim é a Galiza para Portugal. Até para os vizinhos – e amigos – do Norte de Portugal que estão sempre prontos a fazer mais e melhor na cooperação. Como portugueses, mas portugueses cansados de tantos séculos de centralismo. Cientes, que o Norte continua a Norte.

José Alberto Rio Fernandes. Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto/CEGOT. Mail: joseriof@letras.up.pt

Bibliografía

- ALVES, Jorge Fernandes (2002) Imigração de galegos no Norte de Portugal (1500-1900). Algumas notas. In ROEL, Antonio Eiras; LOPO, Domingo Gonzalez (coord.)-Movilidade e migracións internas na Europa Latina. Unesco. Santiago de Compostela: Universidad (Catedra Unesco), p. 117-126.
- BREULLY, J. (1994) Nationalism and the State, 2nd ed., The Chicago University Press.
- FERNANDES, José A. Rio (2006) Reestruturación territorial portuguesa: o duplo centralismo à procura de escala intermédia, Xeográfica – Revista de Xeografía, Territorio e Medio Ambiente, nº6, Universidad Santiago de Compostela, pp. 95-113.
- LOIS-GONZÁLEZ, Rubén (2016) Galiza no espazo lusófono, GOT – Revista de Geografía e Ordenamento do Territorio, 10, pp. 9-33.
- MATOSO, José (1995) Identificación de um país. Vol. I - Ensaio sobre as orixens de Portugal (1096-1325), Editorial Estampa.
- STEPHENS, Henry M. (2017) Portugal. A História de uma Nação. Alma dos Livros.